

Prazo provoca briga

Apesar da falta de quorum, o Congresso Nacional, em votação simbólica, prorrogou por mais 45 dias úteis o prazo de funcionamento dos trabalhos da CPI do Orçamento. Com isso, a CPI trabalha até o dia 17 de janeiro. O segundo secretário da Mesa da Câmara, deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), anunciou que hoje vai tentar anular a sessão, com base no Artigo 47 da Constituição que determina a presença da maioria absoluta dos parlamentares em plenário: "Não tinha número" afirmou.

A sessão de ontem foi marcada por uma briga entre os parlamentares contrários e favoráveis à revisão constitucional. O líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA) acabou colaborando com os contrários, ao retirar o requerimento pedindo verificação de quorum. "A ação de Luís Eduardo foi nociva para a revisão constitucional", criticou Cardoso Alves. "Os contrários conseguiram uma de suas maiores vitórias. Não acredito mais em revisão constitucional", esbravejou o deputado.

O relator da CPI do Orçamento, Roberto Magalhães (PFL-PE), chegou a concordar com uma proposta intermediária de prorrogação apenas até o dia 30 de dezembro, mas minutos depois solicitou ao líder Luís Eduardo que mantivesse a proposta original. Luís Eduardo obedeceu, mas irritou os defensores da revisão do seu próprio partido.